

## O PROFESSOR EVENTUAL NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Adriana C.M. Marafon (Educação Matemática, UNIMEP), Glaucia Ariano, Joyce Gomes, Luciane Angelieri, Margarete Ignácio, Mariângela Rodrigues, Mirian dos Reis, Renata C. Fiori, Michele Marin, Renato de Q. Machado e Rosilda Moraes (alunos da LMAT - UNIMEP-FCMNTI).

### Resumo

A pesquisa teve início com a disciplina Prática de Ensino em Matemática e Estágio Supervisionado. O estágio foi realizado em uma escola estadual de Ensino Médio e Fundamental, localizada na periferia da cidade de Piracicaba, São Paulo, Brazil. Com base nas observações das aulas de matemática, constatamos que a maioria dos professores era eventual não habilitado. Diante da análise das observações verificamos que não há aula de matemática, no sentido estrito, uma vez que o professor não habilitado, não possui a obrigação de ser competente (do ponto de vista legal) no assunto a ser ensinado, queremos dizer que se o professor eventual (outra área) estiver disposto a trabalhar com matemática trata-se de uma mera coincidência, que raramente ocorre. Resolvemos verificar qual é o percurso legal e administrativo que garante a presença do professor não habilitado em sala de aula; ou seja, como se administra a condição ilegal do professor eventual? Tomamos como base Thiollent (1987) para realizarmos a pesquisa. Fizemos observações de aulas de matemática no ciclo II do Ensino Fundamental, entrevistas com a diretora da escola e com pessoas ligadas à Diretoria de Ensino de Piracicaba.

### Abstract

The present work had started in the disciplinary called Prática de Ensino em Matemática e Estágio Supervisionado (training teachers). The Training Teacher was realised in the periphery public school of Piracicaba, São Paulo, Brazil. With base in the mathematics class observations, we verified that the most of teachers was in the eventual teacher condition. According to the analysis of observations, we verified that there is not mathematics class, in strict sense, because the inability teacher (in legal view) has not obligation to be competent about the specific subject, for example, mathematics. We mean, if the eventual teacher is disposed to teach mathematics it is only a coincidence and rarely happens. We have tried to know about the legal and administrative way that gives the guarantee to the presence of eventual teacher (inability) in the class room; that is, how is it possible to administrate the illegal condition of eventual teacher? We have based on Thiollent (1987) to realise the research. We did mathematics class observations in the level II of Ensino Fundamental (age students: between 11-14), interviews with the school director and with staff member of Teaching Directory of Piracicaba.

### INTRODUÇÃO

O trabalho ocorreu durante e após a realização da disciplina *Prática de Ensino em Matemática e Estágio Supervisionado*. O ensino deve estar ligado à pesquisa e a extensão, trata-se de uma das diretrizes mais importantes para Universidade Metodista de Piracicaba, isto é, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Política Acadêmica, 1996). Concordamos com este princípio, por isso consideramos que estando no ambiente escolar poderíamos voltar os olhos para pesquisa, neste sentido estaríamos envolvidos com uma análise, cuja direção seria estabelecida no decorrer da disciplina.

A questão do eventual estabeleceu-se de forma contundente, pois era prática comum na escola. Os estagiários não puderam deixar de observar este fenômeno. Resolvemos, portanto, focar para

questão do professor eventual. Eram quatro turmas do Ensino Fundamental (3º e 4º ciclos) que estavam sendo ministradas por eventuais nas aulas de matemática. Em cada uma dessas turmas havia dois estagiários que estavam observando as aulas. Nenhum desses professores possuía habilitação para ministrar aulas de matemática. Constatou-se que apesar de não habilitados, procuravam exercer algum trabalho relacionado à matemática, que em geral limitava-se a mostrar um triângulo retângulo e falar sobre o teorema de Pitágoras, mas sempre copiando algo já estabelecido em algum livro. Contudo, havia um professor eventual formado em direito, que segundo as observações, ele demonstrava ter entendido o assunto e trabalhava normalmente, como se fosse habilitado. No entanto, o restante não parecia estar em consonância com a disciplina.

Após o estágio, foi possível começar um trabalho mais elaborado com os dados coletados, em uma disciplina chamada “Atividades Complementares” que possui o propósito de dar continuidade ao trabalho exercido no Estágio. Com as observações percebemos que seria necessário obter algumas informações por meio de entrevistas, para produzir sentido para o que havíamos focado.

Na realidade, a primeira entrevista sobre este aspecto foi realizada com diretora da Escola durante o período de estágio.

A segunda entrevista foi com um funcionário da Diretoria de Ensino. Esta entrevista se deu bem mais tarde (primeiro de outubro de 2003), após muita discussão sobre o assunto, após uma procura sobre as leis que regulamentassem a situação do eventual na escola.

Na entrevista ficou claro um posicionamento favorável à presença do eventual nas escolas.

**Margarete:** A preferência por professores eventuais com sedes abertas para ministrar aulas específicas de determinadas áreas que não dominam (por incompatibilidade de formação), compromete a qualidade de ensino?

**Funcionário :** Não, pois os PCNs, propõem orientações gerais sobre o básico a ser ensinado e aprendido em cada etapa e os professores devem adaptar os parâmetros à realidade de sua escolas e as ações de organização do currículo. A LDB (Lei nº 9394/96) Dos Princípios e Fins da Educação Nacional:

Art 3º – O Ensino será ministrado com base os seguintes princípios:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

Entretanto, esta entrevista, provocou mais dúvidas, fazendo com que os estagiários ficassem mais confusos. Não encontramos o termo eventual, nem em leis, nem em regulamentos, ou seja, nada.

Segundo a professora Cléia Maria da Luz Rivero, em palestra<sup>1</sup> proferida em 28 de outubro de 2003, não há amparo legal que sustente a condição do eventual. Ela se referiu a um trabalho sobre este tema, cujo título é *Professor eventual: cotidiano e problemas de um profissional “fora da lei”*, que analisa a condição deste trabalhador com base em entrevistas.

Segundo Trindade (2001), não é possível encontrar documentos oficiais que tratam da contratação do professor eventual; os diretores e supervisores entrevistados mostraram desconhecimento ou dúvidas quanto às leis que regem a vida do professor eventual. Nada de concreto pode ser apurado.

Para a contratação de professores eventuais parece não haver critérios legais definidos. O diretor de escola contrata quantos desejar e os distribui nos períodos de funcionamento da escola. Isso tornou impossível calcular o número médio de profissionais que assumem esta função na rede pública estadual – SP.

**Margarete:** A Constituição diz que é servidor público, a pessoa que está em pleno exercício da função, não especificando se é no cargo ou na função. Diante disso, o professor eventual que substitui por 1 semana pode caracterizar-se servidor público?

---

<sup>1</sup> Esta palestra foi realizada na disciplina “Atividades Complementares” para curso de Licenciatura em Matemática. O objetivo foi tratar do tema “eventual” do ponto de vista da legislação.

**Funcionário :** Não, pois existe uma portaria especial para professores eventuais. As autarquias podem admitir eventualmente quando existe falta de servidores para atender aos serviços à população.

Trindade (2001) mostra um quadro crítico sobre a condição de trabalho do eventual, ele considera que estes profissionais atuam como “plantonistas de escola” encarregados de substituir professores que faltam ao trabalho. Chama a atenção o fato de apesar de muitos permanecerem na escola por dois períodos inteiros, nada recebem se não houver faltas dos professores titulares. Fazem um “plantão” não remunerado.

Enquanto profissionais da educação os eventuais parecem viver uma situação de total vulnerabilidade; não conhecem critérios para a contratação ou dispensa aos quais são submetidos. Muitos entendem que o ingresso e permanência de um professor eventual numa escola dependem em grande medida do nível de suas relações com os diretores. Suas histórias mostram que podem ser dispensados a qualquer justificativa clara (Trindade, 2001).

### A ADMINISTRAÇÃO DAS AULAS EVENTUAIS

Estando o eventual na condição ilegítima (“fora da Lei”), naturalmente, torna-se impossível localizar critérios claramente estabelecidos. A administração das aulas eventuais fica a cargo da Direção da escola, portanto, quem decide sobre estas aulas, é o diretor da escola. Este aspecto pode significar ou não favorecimento, uma vez que a decisão está centralizada em uma pessoa (que está no cargo de Direção). No entanto, na entrevista da diretora fica claro o quanto é difícil, ou impossível, resolver a contento as substituições corriqueiras. Apresentaremos, primeiramente, a entrevista com o funcionário da Diretoria de Ensino, em seguida a posição da Direção da escola sobre o que significa administrar aulas eventuais.

**Margarete:** A nossa pergunta é como habilitados de outras áreas tem ministrado aulas em áreas as quais não são habilitados?

**Funcionário :** A orientação a ser seguida é a da lei complementar nº444/1985, mas infelizmente nem sempre os diretores obedecem a resolução, um dos fatos que dificulta seguir a resolução é que nem sempre um professor habilitado na área específica em que há necessidade num determinado dia, está disponível ou tem tempo hábil para chegar até a Unidade Escolar em que ocorreu a falta do professor titular. Então o que ocorre é que os diretores acabam solicitando para os professores cadastrados e que morem mais perto da escola, que estão dispostos a substituir em qualquer momento para substituírem o professor titular. Outro fator que dificulta a orientação é a necessidade da aula ser ministrada para que não haja perda de dias letivos, pois a legislação federal orienta em no mínimo 800 horas/ano e 200 dias letivos, no Estado foi aumentado para 1000 horas e 200 dias, ficando o aluno com uma carga horária de 5 horas por dia.

A Direção faz o seguinte relato sobre o professor eventual

**Direção:** Antigamente as escolas tinham professores substitutos, estagiários, eles eram contratados e ficavam na casa à disposição, faltava algum professor eles assumiam as aulas. Depois caiu, isso foi tirado, não foi permitido mais. O professor tem direito a seis faltas abonadas por ano e o atestado médico, quando ele precisa ele traz e abona e, financeiramente não tem nenhum desconto. E tem ainda um outro decreto que eu não sei o número que permite a oportunidade para o professor ir ao médico, abonar uma parte das aulas, voltar para a escola dar as outras aulas e não ficar com essa falta. Então acaba até de uma certa forma tendo um pouco de abuso. E aí o que acontecia no final do ano quando é feito o levantamento do número de aulas previstas e aulas dadas acabava estourando. Muitos alunos ficavam sem aula e o professor tinha que repor, para não acontecer mais isso que vieram os eventuais. Então, os professores, na grande maioria formados, fazem cadastro e ficam cobrindo as brechas dos professores. Primeiro mês é muito tranquilo, quase

não tem falta. Quando vai chegando agora mês de Junho, Julho, Outubro, Novembro e Dezembro é um rolo, porque os professores tiram todas as abonadas que tem direito e as licenças médicas, então os eventuais que ficam na casa não dão conta. Tem dia que tem previsto três faltas e acaba faltando cinco, seis e até sete professores e nós não conseguimos ninguém para dar aula. Então a escassez do profissional, do educador mesmo, está comprometendo a qualidade do ensino. E o que a gente acaba tendo que fazer, para que o aluno não tenha que ficar no pátio num tempo precioso, nós colocamos quem está disponível na casa, que aliás tem professor de Pedagogia dando aula de Matemática, de História, de Geografia, que não tem a formação, nós sabemos que não tem, mas no cadastro da escola não tem ninguém habilitado que possa estar exercendo essas aulas. Então, nós ficamos entre deixar o aluno sem fazer nada ou colocar com alguém que não tenha toda a formação. Embora não tenha a formação específica, sempre tem alguma coisa a mais que eles acrescentam aos alunos. Então é por isso que está funcionando desta forma, extremamente precária, muito ruim para nós e para os alunos também.

A Direção explica o que significa tentar organizar os professores por área. Por fim justifica que é melhor ter alguém responsável pelos os alunos em certo intervalo de tempo e de espaço, pois sempre é possível acrescentar aos alunos “alguma coisa a mais”. Em certa medida não difere da opinião do funcionário da Diretoria de Ensino citada acima. A Direção continua o relato:

**Direção :** Quando a gente manda para a fazenda o pagamento, vai o nome do professor e o número de aulas que ele deu. Não vai que disciplina, nada. Nós procuramos as nossas inscrições para separar os professores que tem disponibilidade, para colocar pelo menos dois de cada área, nós não conseguimos. Não tem nenhum cadastro na escola de professor de História, e nem de Geografia. Não tem como colocar, mesmo que falte não tem como. Há uma exigência para o aluno que quer dar aula, é preciso que tenha 50% do curso já concluído. Então é outra dificuldade, como faltam muitos professores, quem está nesse nível de conclusão do curso já tem aula e nem eventual não são mais. É uma coisa muito difícil, a gente tem apelado muito para a conscientização do professor, para que ele não falte, para que ele avise, para que a gente possa programar, **mas entre a conscientização e o direito fica muito difícil**, por mais que a gente converse, que peça, que explique a dificuldade dos alunos, fica muito difícil, é duro dizer isso porque a gente mexe no que é direito garantido, a pessoa pode, tem as abonadas, tem a falta médica, mas há o abuso. E diante desse abuso, ficamos com as mãos atadas porque não tem o que ser feito e não há profissionais, esse é o grande problema, na nossa área, na área de Educação. Muito em breve eu não sei o que vai acontecer, porque falta professores.

Estamos diante do não cumprimento da Constituição, isto é, Educação de qualidade para todos. O significado do que foi sucintamente exposto acima é que a escola pública de periferia exerce uma função mais próxima do assistencialismo, do que um papel de formação no que se refere à educação formal. Entretanto, fica claro diante das observações no período de estágio e diante das entrevistas que a condição de eventual impõe constrangimento para a Direção, no entanto, é a alternativa ao abandono dos alunos nos pátios da escola.

Segundo Trindade (2001), as atividades desenvolvidas pelos professores eventuais parecem se dividir em “educativas” e “prestação de serviços gerais”. Assumem o comando de uma sala de aula na falta de um professor titular e são requisitados para outras atividades quanto ociosos; inspeção de alunos; serviços de secretaria; limpeza; atendimento da cantina; serviços externos e outros. Parece ser freqüente a ocorrência de desvio de função que é suportada por estes profissionais em função da necessidade de permanecerem na escola para adquirir pontos – algo que melhora sua classificação para o processo de atribuição de aulas que ocorre no início de cada ano.

Do ponto de vista do amparo no campo trabalhista, parece não haver qualquer vínculo entre os professores eventuais e as entidades que representam a categoria dos professores. Muitos observam que a falta de vínculo com os sindicatos se deve ao fato de não serem considerados – por estes – trabalhadores da educação já que exercem a função “eventualmente”. Alguns observaram ainda que, se fossem ligados aos sindicatos, não teriam que “trabalhar de graça” ou se submeter às “vontades dos diretores de escola” (Trindade, 2001).

Isto ocorre normalmente todos os dias, em todos os períodos. Não existe mão de obra qualificada para exercer a profissão e a que existe é distribuída de forma equivocada, isto é, o professor de português está ministrando aulas de matemática, enquanto um de matemática ministra português. É óbvio que o problema é muito mais sério do que apenas uma distribuição irracional, é a velha luta entre pagar menos, ter menor responsabilidade, evitar os direitos com relação aos trabalhadores. O eventual trata-se de um trabalhador, mas sem a existência de algo que assegure os direitos trabalhistas, apesar de trabalhar todos os dias.

Esta prática produz efeito, garante que uma certa ala da sociedade excluída do privilégio da Educação. Na realidade o que fica nítido é a reprodução das condições capitalistas, é preciso que com baixo investimento se produza valor de troca sem de uso, isto é, é preciso o diploma do Ensino Fundamental e não alunos preparados para competir no campo em que reina os exames e o prestígio dos títulos, como usp, unicamp etc. Na realidade o título do Ensino Fundamental garante a presença dos alunos, das escolas públicas de periferia, no exército de reserva que se refere ao proletariado. Não significa trabalho, mas significa estar potencialmente pronto para assumir a função, que não necessita, em grande parte dos casos, do valor de uso que a escola produz, só que agora é preciso possuir o título do Ensino Fundamental, na realidade mais uma norma de seleção, mais uma classificação.

## **ENCAMINHAMENTOS**

Tínhamos a intenção inicial de enviar apenas o resumo, em virtude dos dados que temos, pensamos ser mais interessante apresentar, mesmo que sucintamente, alguns trechos da entrevista e uma primeira organização do trabalho. Falta uma análise mais profunda do que foram as aulas dos eventuais. Pretendemos ter essa parte finalizada até o momento da apresentação.

**Palavras-chave:** escola, professor eventual, matemática

## **BIBLIOGRAFIA:**

- ALTHUSSER, L., *Posições - 2*, (Trad.), Rio de Janeiro, Edições Grall Ltda, 1980.
- BAUDRILLARD, J., *Para uma crítica da Economia Política do Signo*. (Trad.), São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1972.
- BRASIL., *Constituição: República Federativa do Brasil*, Brasília: Senado Federal, C.Gráfico, 1988.
- UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA. *Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba*. Apresentação de Almir de Souza Maia. 2ª ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.
- THIOLLENT, M.J.M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo : Polis, 1987.
- TRINDADE, A. A. Professor eventual: cotidiano e problemas de um profissional “fora da lei”. *Pró Ciência*. São Paulo, 29 de julho de 2001.